

## Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e seus caminhos até a plataformização

*Continuing Training Plan for Employees of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education and its paths to platformization*

*Plan de Capacitación Continua para Trabajadores de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica y sus caminos hacia la plataformización*

Tatiana Dantas dos Santos<sup>1</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Lenina Lopes Soares Silva<sup>2</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Márcio Adriano de Azevedo<sup>3</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

**Resumo:** Neste artigo, aborda-se a trajetória da política institucional de formação dos servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), denominada de Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Plafor). Para isso, considera-se seu ciclo político, as ações realizadas, bem como suas estratégias de divulgação e comunicação. Esta pesquisa se caracteriza como de natureza qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, e seus procedimentos têm escopo bibliográfico e documental, com usufruto da Internet. O mapeamento de dados se deu nos repositórios oficiais das instituições da RFEPCT, na Legislação Digital Brasileira e nos sites dos órgãos mencionados na documentação do Plafor. Quanto à comunicação de ações do Plafor, foi realizado um levantamento nos 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo retornos válidos de 15 (quinze) destes institutos, que totalizaram 31 (trinta e uma) publicações ao longo de 8 (oito) anos. Considera-se que isso torna a divulgação de informações sobre o Plafor e a comunicação de suas ações pouco eficaz no que diz respeito a levar o conhecimento de sua existência a seu público-alvo, o que invisibilizou sua implementação com eficiência até sua plataformização.

**Palavras-chave:** Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Plafor; Plataformização.

**Abstract:** This article addresses the trajectory of the institutional policy for training employees of the Federal Network for Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT), called the Continuing Training Plan for Employees of the Federal Network for Professional, Scientific and Technological Education (Plafor). To

<sup>1</sup> Mestra em Educação Profissional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *campus* Natal-Central (IFRN-Cnat), Natal, RN, Brasil. E-mail: [tatiana.dantas@ymail.com](mailto:tatiana.dantas@ymail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6447235773398248>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8856-2782>.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *campus* Santa Cruz (IFRN-SC), Natal, RN, Brasil. E-mail: [leninasilva@hotmail.com](mailto:leninasilva@hotmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1487610808390702>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0517-4742>.

<sup>3</sup> Doutor em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *campus* Caicó (IFRN-CA), Natal, RN, Brasil. E-mail: [marcio.azevedo@ifrn.edu.br](mailto:marcio.azevedo@ifrn.edu.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2689467070016983>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1964-786X>.

do this, its political cycle, the actions carried out, as well as its dissemination and communication strategies are considered. This research is characterized as qualitative in nature, exploratory-descriptive in nature, and its procedures have a bibliographic and documentary scope, using the Internet. Data mapping took place in the official repositories of RFEPCT institutions, in the Brazilian Digital Legislation and on the websites of the bodies mentioned in the Plafor documentation. Regarding the communication of Plafor actions, a survey was carried out in the 38 (thirty-eight) Federal Institutes of Education, Science and Technology, with valid returns from 15 (fifteen) of these institutes, which totaled 31 (thirty-one) publications throughout 8 (eight) years. It is considered that this makes the dissemination of information about Plafor and the communication of its actions ineffective in terms of bringing knowledge of its existence to its target audience, which made its efficient implementation invisible until its platformization.

**Keywords:** Continuing Training Plan for Employees of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education; Plafor; Platformization.

**Resumen:** Este artículo presenta la trayectoria de la política institucional de formación de los servidores de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (RFEPCT), denominada Plan de Formación Continua de los Servidores de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (Plafor). Para ello, se considera su ciclo político, las acciones realizadas, así como sus estrategias de difusión y comunicación. Esta investigación se caracteriza por ser de carácter cualitativo, de carácter exploratorio-descriptivo, y sus procedimientos tienen un alcance bibliográfico y documental, utilizando la Internet. El mapeo de datos se realizó en los repositorios oficiales de las instituciones de la RFEPCT, en la Legislación Digital Brasileña y en los sitios web de las organizaciones mencionadas en la documentación del Plafor. Con respecto a la comunicación de las acciones del Plafor, se realizó una encuesta en los 38 (treinta y ocho) Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología, con resultados válidos de 15 (quince) de estos institutos, lo que totalizó 31 (treinta y una) publicaciones. a lo largo de 8 (ocho) años. Se considera que estos resultados producen una divulgación de información poco eficaz tanto sobre el Plafor como sobre la comunicación de sus acciones en términos de acercar el conocimiento de su existencia a sus destinatarios, lo que invisibiliza su implementación eficiente hasta su plataformatización.

**Palabras clave:** Plan de Capacitación Continua para Trabajadores de la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica; Plafor; Plataformaización.

---

**Recebido em:** 02 de julho de 2024

**Aceito em:** 25 de novembro de 2024

---

## Introdução

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) foi regulamentada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Ela renomeou a maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e vinculou-os à rede recém-criada, juntamente com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso

Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro (Cefet-RJ); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II (Brasil, 2008).

A RFEPCT foi fundamental para a retomada da expansão da oferta de educação profissional no país, possibilitada pela Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005, que revogou o § 5º do Art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, o qual, por sua vez, proibia a criação de novas unidades federais de ensino profissional e tecnológico. Em 2024, essa rede está presente em todos os estados do Brasil, e suas instituições são referências em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil (Santos; Medeiros Neta; Silva, 2022).

Com a nova institucionalidade e com a expansão da RFEPCT, houve o aumento do quadro de servidores e foi constatada a necessidade de formação inicial e continuada para servidores, novos e antigos, especificamente para o entendimento da nova proposta institucional, cujas diretrizes legais conduziam para a gestão compartilhada e autogestão, bem como para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e ensino de forma indissociada. Desse ponto, advém o questionamento que guia esse trabalho: quais caminhos foram percorridos para a criação de uma política institucional de capacitação e qualificação de servidores públicos federais de uma rede de ensino com as dimensões da RFEPCT?

No momento da instituição da RFEPCT, em 2008, as bases legais para formação dos servidores federais da EPT estavam baseadas nas leis voltadas à formação de servidores federais em sua totalidade (Decreto-Lei n.º 2.804/1940, Decreto n.º 95.088/1987 e Emenda Constitucional n.º 19/1998) e na legislação de formação dos servidores públicos da Educação Básica (as LDBs de 1961, 1971 e de 1996, e as políticas de financiamento: financiamento do FNDE – 2006, Observatório da Educação – 2006, Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – 2009 e Profucionário – 2010), sendo a primeira política efetiva voltada à formação de servidores federais da EP foram os Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial (Decreto n.º 36.268/1954). Mesmo sendo uma quantidade considerável de regulamentação, ela não atendia as especificidades dos serviços voltados à oferta de EPT nos moldes da institucionalidade da nova rede.

Foi nesse contexto que ocorreram as primeiras articulações, no âmbito do Fórum de Dirigentes de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino Técnico, Científico e Tecnológico (Forgep<sup>4</sup>), para a elaboração do Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Plafor).

---

<sup>4</sup> O Forgep foi criado em 2010 “[...] vislumbrando a possibilidade de um trabalho em rede, promovendo a uniformização de procedimentos, principalmente para garantir o tratamento isonômico aos servidores, concentrando os entendimentos exclusivos referentes aos Institutos Federais, otimizando os recursos e permitindo a troca de experiências” (Forgep, s.d.).

Para um melhor entendimento sobre o ciclo de uma política pública, adotamos o modelo sugerido por Wu (2014) que é constituído de 5 estágios, que são: definição da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação da política e avaliação da política. Com isso, explicitamos que a definição de agenda é o período em que as lideranças políticas pleiteiam a entrada de questões que julguem relevantes para o debate; na formulação, são elaborados possíveis estratégias de ação governamental para a solução dos problemas discutidos na agenda; na tomada de decisão, a solução mais viável para execução é ratificada; na implementação da política, a solução aprovada entra em vigor; e por último, na fase de avaliação da política, é realizada uma análise da capacidade da política de atingir os objetivos estabelecidos (Wu *et al.*, 2014).

Dessa forma, compreendemos que o Plafor entrou na agenda a partir de necessidades internas no âmbito da EPT e que isso foi propiciado pelo contexto de uma nova institucionalidade, a qual exigia capacitação em autogestão para os servidores da própria rede.

A formulação do Plafor começou pela instituição de um Grupo de Trabalho (GT), por meio da Portaria Setec/Mec n.º 28, de 26 de agosto de 2015, constituído por um representante da Setec e 12 representantes de Institutos Federais. É preciso salientar que essa é uma boa prática para formulação de uma política pública, e conforme Wu *et al.* (2014):

Grupos de trabalho ou comitês interinstitucionais também podem ajudar para uma formulação eficaz de políticas públicas, especialmente quando um problema pode ser da responsabilidade de uma agência, mas tem implicações para muitas outras com poder suficiente para travar a proposta durante a tomada de decisão ou implementação (Wu *et al.*, 2014, p. 74).

O GT Plafor elaborou a Nota Técnica n.º 67/2016/CGDP/DDR/Setec/MEC, de 11 de maio de 2016, que apresenta algumas ações promovidas pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoal voltadas à capacitação dos servidores da RFEPCT. Essa nota argumenta sobre a necessidade de agrupar as ações voltadas à formação dos servidores da RFEPCT em um projeto, mostra uma lista de aparatos legais relacionados ao Plafor, propõe linhas de desenvolvimento e estruturas de programas e, por fim, apresenta sugestões e formas de disponibilidade orçamentária, modalidades de oferta e entidades ofertantes das formações.

O Plafor foi instituído pela Portaria MEC n.º 15/2016, de 11 de maio de 2016, acatando a maioria das propostas do GT descritas na Nota Técnica n.º 67/2016 já citada. O art. 3º da Portaria traz recomendações para a execução do plano, conforme transcrevemos a seguir:

Art. 3º A execução do PLAFOR deverá ocorrer por meio das escolas de governo e/ou pelas Instituições Federais de Ensino, mediante aprovação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC:

**I - Programa de Capacitação Profissional** (Cursos de até 360 horas)

1. Iniciação ao serviço público;
2. Formação geral; e
3. Capacitação técnica (específico para cada área de atuação).

**II - Programa de Formação Gerencial**, dividida em dois eixos:

1. Desenvolvimento gerencial (administrativo e educacional)
2. Formação de Gestores

**III - Programa de Qualificação**

1. Técnico de Nível Médio
2. Graduação
3. Pós-Graduação lato e stricto sensu (Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) (Brasil, 2016, grifo nosso).

A intenção depreendida da estrutura de execução em linhas, programas e modalidades propostas na portaria de criação do Plafor, com ênfase em três programas, visava capacitar o servidor desde o ingresso no serviço público até a sua qualificação máxima em nível de doutorado, com aperfeiçoamento em pesquisa em pós-doutoramento, pressupondo recursos de alto custo, ao analisar o tamanho da RFEPCT.

Todavia, em análise mais aprofundada da Portaria de criação do Plafor, identificamos, na descrição de suas finalidades, o uso de termos como “racionalização de gastos com capacitação e qualificação” no Art. 2º, item 8, demonstrando, assim, um alinhamento com o princípio de reorientação do gasto público do evangelho neoliberal (Vitullo, 2011). Chama a atenção, diante desse discurso, o fato de o documento normativo não fazer referência a parcerias público-privadas para ofertar as capacitações. No entanto, quando colocamos tal finalidade no contexto das transformações tecnológicas, podemos visualizar o seu uso em capacitações direcionadas a servidores públicos já inseridos na RFEPCT.

Salientamos que é importante considerar, durante a formulação de uma política, que ela

é uma etapa fundamental da criação de políticas públicas, na qual os gestores públicos perspicazes podem encontrar sua maior oportunidade de afetar a tomada de decisão e implementação de políticas. É uma fase complexa, que envolve uma série de atores com diferentes ideias e interesses na promoção de soluções específicas para os problemas de políticas. Gestores públicos precisam garantir os níveis apropriados de conhecimento analítico, administrativo e político, e capacidade de realizar adequadamente as várias tarefas envolvidas na formulação e avaliação de políticas. Feito isso, eles podem ter mais confiança de que as propostas que vão para os tomadores de decisão, para julgamento e decisão, serão capazes de “cumprir seu trabalho” e não vão piorar a situação (Wu *et al.*, 2014, p. 74, grifo no original).

Nesse sentido, a constituição do GT para criação do Plafor pode ser considerada acertada na perspectiva de que a sua atuação garantiria a institucionalização de uma política

que respeitaria aspectos imprescindíveis à RFEPCT, conforme Saravia e Ferrarezi (2006, p. 31), os quais consideram que as políticas públicas podem ser caracterizadas pelos seguintes aspectos:

a) **Institucional:**

É elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante.

b) **Decisório**

É um conjunto-sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades.

c) **Comportamental**

Implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação, e não apenas uma decisão singular.

d) **Casual**

São os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

Tais aspectos já podem ser observados em seu percurso, da entrada na agenda à formulação. No entanto, o Plafor tem algumas características vinculadas ao aspecto decisório que denotam, em perspectiva, encaminhamentos para o uso da *Internet* como meio de ação. Isso remete à questão da “racionalização de gastos com capacitação e qualificação” e de escolas de governo como espaços de execução do plano, conforme o Art, 3º da Portaria de criação.

Essa percepção pode ser compreendida quando verificamos o que informa o Comitê Gestor da *Internet* no Brasil (CGI.org, 2020, p. 7):

num contexto de pressão política pela redução dos investimentos estatais em infraestrutura, atores corporativos têm se imposto, tanto como tecnicamente mais capazes, como por serem detentores de servidores e *softwares* usados na plataformação de serviços educativos.

Pelo contexto estrutural da RFEPCT, podemos considerar que a plataformação da formação de seus servidores poderia colaborar para que suas ações fossem mais efetivas, observando-se o que propõem Poell, Nieborg e Van Dijck (2020) acerca dos usos de plataformas

[...] como infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados. Nossa definição é um aceno para os estudos de software, apontando para a natureza programável e orientada por dados das infraestruturas das plataformas, reconhecendo os insights da perspectiva dos estudos de negócios, incluindo os principais stakeholders ou “lados” nos mercados de plataforma: os usuários finais e os complementadores (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 5).

Diante do que os autores definem, entendemos que a trajetória do Plafor até aqui delineada já traz indícios, substantivamente, de que poderia trilhar caminhos para se tornar usufrutuária da *Internet* em plataformas digitais.

Podemos considerar, ainda, que desde 2018 existe uma preocupação com a formação continuada dos servidores públicos em escolas virtuais. Como exemplo disso, tem-se a presença da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que nesse ano criou a Escola Virtual de Governo e, desde então, vem materializando iniciativas de formação platformizada dos servidores públicos.

Diante do exposto acerca das estratégias de formulação do Plafor e de sua implantação, bem como do que compreendemos sobre políticas públicas e platformização da formação, nos questionamos sobre como os gestores do Plafor tem conduzido as ações de sua implementação, e como isso tem divulgado/comunicado na RFEPCT até o momento de sua platformização.

Em busca de respostas para tal questionamento, este artigo está estruturado por essa introdução, além do tópico “Implementação do Plafor em uma avaliação da comunicação de suas ações”, no qual fazemos uma breve análise das publicações referentes ao Plafor nas instituições da RFEPCT até chegar em sua platformização. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

Nesse sentido, temos como objetivo abordar a trajetória da política institucional de formação dos servidores da RFEPCT em vigor, denominada de Plafor, considerando seu ciclo político e as ações realizadas, bem como suas estratégias de divulgação e comunicação e, como expectativa, esperamos ampliar a discussão sobre a formação dos servidores da RFEPCT por meio das evidências e debates ensejados nesse artigo.

## **2. Implementação do Plafor e a comunicação de suas ações**

O levantamento de documentos e notícias publicadas sobre ações do Plafor teve como *loci* de busca as plataformas digitais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (Mec), que é o órgão responsável pela gestão dessa política, os portais oficiais dos 38 Institutos Federais, além de instituições relacionadas com a execução de atividades referentes à política estudada, a exemplo da Enap e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A proposta da busca inicial se deu a partir da análise da Nota Técnica n.º 67/2016, item 2, subitem 2.5, onde é informado que, entre os anos de 2013 e 2015, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoal da Setec/Mec promoveu ações voltadas à capacitação dos

servidores da RFEPCT e, na sequência, lista essas ações, que serviram de base para os argumentos utilizados para a entrada do Plafor na agenda política.

Por isso, foi iniciada uma investigação na plataforma do Mec, além de outras plataformas digitais já citadas, entre os dias 20 e 24 de junho de 2022, utilizando a opção “Exatamente” no filtro de nome “Tipo de pesquisa”, a qual retorna apenas os resultados que contenham as palavras exatas dos descritores informados. Tais resultados se encontram elencados no Quadro 01, juntamente com os *loci* de busca e descritores adicionais.

Quadro 01 – Descritores de busca x *loci* de investigação

N.º	DESCRITORES PRINCIPAIS	LOCI	DESCRITORES ADICIONAIS
1	Curso de Capacitação de Gestores	Mec Enap EG.V	1. Plafor 2. RFEPCT 3. Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica 4. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
2	PRONATEC Serviços Públicos	Mec Forgep	Projeto de Plano de Curso em Gestão Pública
3	Curso de Aulas Práticas	Mec	
4	Capacitação em Tecnologia da Informação	Mec ESR/RNP	
5	Idioma sem Fronteira	Mec	1. Capacitação em Língua inglesa 2. O curso <i>My English Online</i> 3. Teste de Proficiência em inglês
6	Especialização em Educação Profissional e Tecnológica	Mec e-Mec	1. Curso de Pós-Graduação lato sensu em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica 2. Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica
7	Programas de Mestrado	Mec Sucupira- Capes	1. Mestrado Profissional em Educação; 2. Mestrado Profissional em Gestão Pública; 3. Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação

Fonte: Elaboração própria, com base em dados coletados na pesquisa (2022)

Para alcançar resultados mais abrangentes nas plataformas pesquisadas e para posterior refinamento e análise dos dados, utilizamos os descritores adicionais informados no Quadro 01. Esses descritores estão relacionados aos dados informados no subitem 2.5 da Nota Técnica n.º 67/2016, que trata das ações promovidas pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoal da Setec/Mec.

Assim, baseados nesse levantamento, consideramos que os documentos legais que fundamentam o Plafor estão disponibilizados de forma satisfatória nos *loci* pesquisados, sendo



os principais: a Portaria n.º 28/2015, que instituiu o GT de elaboração do Plafor, a Nota Técnica n.º 67/2016, apresentada pelo GT, e a Portaria n.º 15/2016, instituidora do Plafor.

Para a busca das publicações que informassem sobre as ações do Plafor, utilizamos o descritor Plafor, sem aspas, nos *sites* oficiais dos 38 Institutos Federais. Dessa busca, retornaram 31 publicações válidas, posteriormente categorizadas e analisadas. O levantamento se restringiu aos Institutos Federais por sua maior representatividade numérica e geográfica, trazendo-nos, assim, um panorama nacional da visibilidade da política em estudo.

Em 23 dos 38 IFs, não houve retorno com referências diretas e explícitas ao plano ou de oferta de formação vinculada diretamente ao Instituto pesquisado, que são: Instituto Federal do Acre (IFAC), Instituto Federal do Amapá (IFAP), Instituto Federal Baiano (IF Baiano), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal de Brasília (IFB), Instituto Federal Catarinense (IFC), Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Instituto Federal do Pará (IFPA), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Instituto Federal do Piauí (IFPI), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEDEMINAS), Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Isso denota e conota baixa comunicação/visibilidade do Plafor como política de formação específica para a RFEPCT, tornando um de seus aspectos de categorização política, qual seja, o causal, pouco eficiente, ou não contemplado integralmente na sua execução.

Os 15 IFs que retornaram informações referentes ao Plafor são: Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Instituto Federal Fluminense (IFF), Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha), Instituto Federal Goiano (IFGoiano), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Instituto Federal de Roraima (IFRR), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal de Sergipe (IFS), Instituto Federal do Sertão do Pernambuco (IF Sertão PE), Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Neste último, apesar de ter resultados relativos ao Plafor, seus *links* estavam quebrados e suas publicações não foram consideradas na análise. A título de informação, os resultados do IFMS foram 3: uma notícia com título “Instituído Plano de Formação Continuada dos servidores da Rede Federal” e os arquivos da Portaria n.º 15/2016, página 01 e página 02.

Os 14 institutos restantes retornaram 31 notícias/publicações ao todo e essas foram elencadas em categorias por ano de publicação, tipo de informação, se há menção explícita e se essas fazem parte das ações do Plafor.

Vale salientar que as publicações as quais citavam o Plafor estavam distribuídas da seguinte forma: 16 em 2014, 1 em 2015 (anos em que o Plafor estava entrando na agenda), 11 no ano de 2016 (ano que se iniciou sua formulação e foi concluída sua regulamentação), 2 publicações em 2017 e 1 em 2018 (anos em que o Plafor já estava em sua fase de implementação).

Ainda foi constatado que a maioria das ações do PLAFOR divulgadas são anteriores à sua regulamentação pela Portaria nº 15/2016 da SETEC/MEC, o que demonstra a possibilidade da articulação para formação em rede, que traria uma padronização de nivelamento de qualidade para todas as instituições pertencentes à rede, independentemente dessas instituições serem tradicionais, como as originadas nas EAAs, há mais de 100 anos, ou terem iniciado seus trabalhos nas últimas décadas, a exemplo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR, 2014), implantado como Escola Técnica em 1986, iniciando suas atividades em 1987 (Santos, Silva, 2022, p. 221-222)

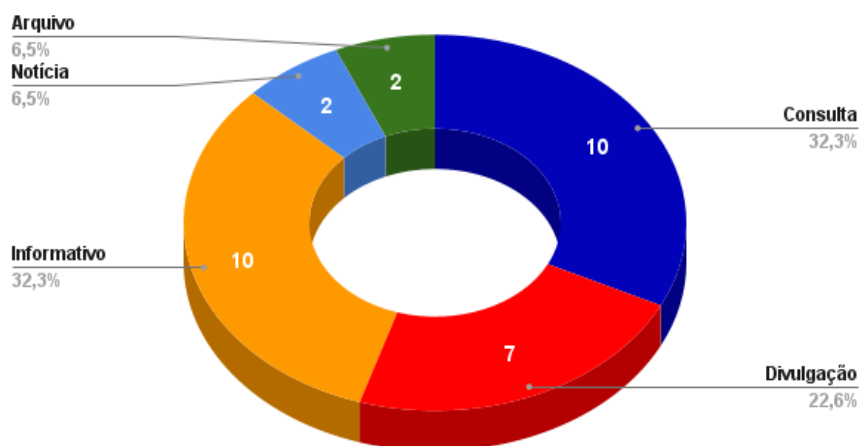
Como pode ser percebido, a divisão anual das publicações encontradas demonstra que houve maior atividade em 2014, durante a etapa da entrada na agenda, anterior à criação do Plafor, e em 2016, ano da formulação e instituição do Plafor. Porém, o plano teve menos visibilidade posteriormente, ou melhor, foi invisibilizado após sua criação, pois há apenas 3 publicações. Essa inviabilização demonstra inação quanto ao aspecto comportamental da política em análise.

Na categorização de “Tipo de informação”, realizou-se as seguintes especificações:

- a) **Informativo** - para informações que visavam a informar sobre evento e atividade que referenciavam o Plafor de alguma forma;
- b) **Consulta** - para as divulgações de atividade de consulta ou pesquisa junto aos servidores da RFEPCT, para elaboração e implementação de ações e cursos de formação;
- c) **Divulgação** - para divulgações de inscrição, seleção ou resultado de oferta de cursos de formação;
- d) **Notícia** - para divulgações gerais que citavam o Plafor, mas não faziam parte de ações do referido plano; e
- e) **Arquivo** - para *links* de arquivos com documentos legais do Plafor.

As notícias categorizadas são: 10 informativos, 10 consultas, 7 divulgações, 2 notícias e 2 arquivos (Gráfico 01).

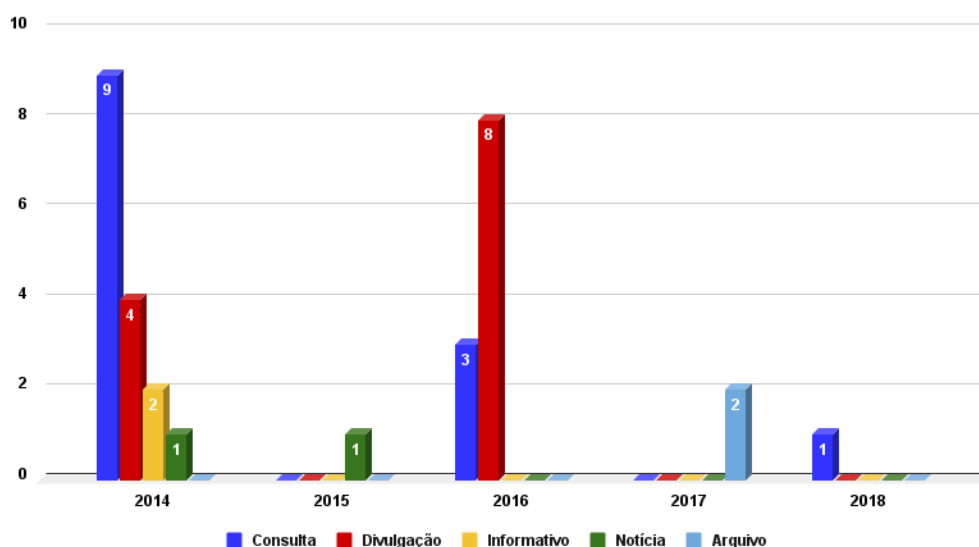
Gráfico 01 – Publicações em *sites* oficiais dos Institutos Federais sobre o Plafor por Tipo (2014–2022)



Fonte: elaboração própria com base na pesquisa realizada sobre Plafor.

As publicações do tipo “consulta” indicam que houve alguma articulação para o reconhecimento das necessidades de formação dos servidores da RFEPC, assim como as publicações do “informativo” indicam algum nível de retorno do andamento da política, enquanto as publicações do tipo “divulgação” apontam o convite aos servidores a participar das ações formativas do Plafor. Contudo, considerando o período de 8 anos e um universo de 644 unidades de IFs, esse volume de publicações é ínfimo, e ao distribuí-los nos anos pesquisados, a divulgação do Plafor parece ainda menor (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Publicações em *sites* oficiais dos Institutos Federais sobre o Plafor por Tipo e Ano (2014–2022)



Fonte: elaboração da autora com base na pesquisa realizada sobre Plafor.

O Gráfico 02 indica que, durante e depois da instituição do Plafor, houve 8 publicações do tipo “divulgação” em 2016, 3 publicações do tipo “consultas” no ano de 2016, e 1 em 2018. Contudo, não houve comunicação de ações Plafor para além dessas.

No que diz respeito à categoria de “menções explícitas”, 5 não continham referências explícitas e 26 faziam referência direta ao Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ou Plafor.

Em relação às informações da categoria “Ações Plafor”, que informa se a notícia elencada faz menção a ações diretas do plano, os dados revelam que 20 publicações se encaixavam nesta definição, sendo apenas 5 referentes a inscrições e ofertas de cursos, o que confirma a baixa efetividade da implementação do Plafor, ou pelo menos da comunicação de suas ações, uma vez que, se considerarmos a informações de 2018, ano base 2017, da plataforma Nilo Peçanha que informa que havia mais de 78.000 servidores na RFEPCT, a representatividade é baixa. Ainda referente a “Ações Plafor”, 9 das 31 citações levantadas eram de atividades, eventos ou ações que envolviam a temática Plafor, porém, não se encaixam na descrição da categoria.

Acreditamos ser relevante apontar o hiato temporal de ações do Plafor depois de sua formalização em 2016, pois a última ação registrada dista de 2017.

Ao buscar o estado do conhecimento sobre o Plafor no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o único retorno foi o trabalho “A organização do trabalho pedagógico do Instituto Federal do Paraná - *Campus* Palmas: implicações para o trabalho docente”, de Peratz (2019). A pesquisa de Peratz (2019) traz como temática a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e tem como objeto o trabalho docente, especificamente referente às implicações da OTP. Isso indica pouca ressonância do plano nos meios acadêmicos.

Diante do exposto, até o momento, o estudo nos impulsiona afirmar que, até junho de 2022, a invisibilidade do plano em análise é uma realidade, visto que a oferta de formação inicial e continuada dos servidores da RFEPCT deveria ser feita de forma planejada e acessível mediante de ações de fomento do Plafor, e amplamente divulgadas nas plataformas digitais oficiais de todas as instituições pertencentes a RFEPCT, o que segundo esse levantamento, não ocorreu na proporção esperada.

Todavia, nem tudo era invisibilizado e, no percurso do Plafor, ocorriam ações pouco divulgadas em suas instituições executoras, o que pode ser explicado pelos aspectos comportamental e causal de uma política, conforme Saravia e Ferrarezi (2006). Em abril de 2022, é lançada a PlaforEdu, plataforma digital criada em colaboração com três IFs dos quais não retornaram publicações sobre o Plafor (IFRN, IFCE e IFSul).

## A plataformização do Plafor

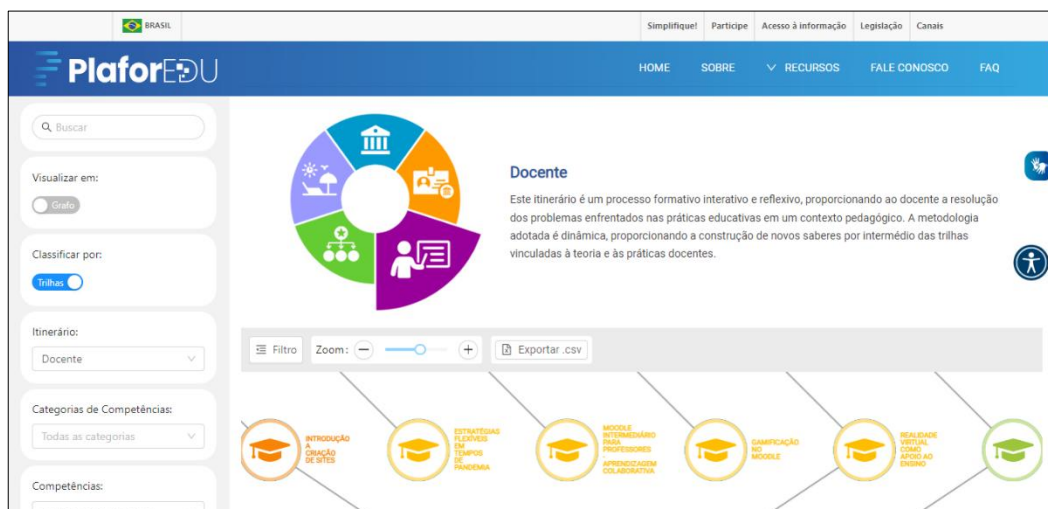
Plataformização, para Poell, Nieborg e Van Dijck (2020) pode ser definida como:

[...] a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida. E, a partir da tradição dos estudos culturais, concebemos esse processo como a reorganização de práticas e imaginações culturais em torno de plataformas (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p. 5).

Assim sendo, e considerando-se que as ações do Plafor não foram eficazes no contexto da prática, a criação da PlaforEdu veio no sentido de reorganização dessas práticas, e seu lançamento foi feito pelo Mec, com cerimônia transmitida pelo Youtube, no dia 13 de abril de 2022. Sua criação foi possibilitada por meio de um projeto executado entre o IFRN, o IFCE e o IFSul, e o desenvolvimento da plataforma digital foi realizado pelo IFRN e pelo IFSul. “Feito na Rede, pela Rede, com a Rede e para a Rede” é o slogan. Embora a PlaforEdu seja a plataformização do Plafor, política destinada à formação inicial e continuada dos servidores da RFEPCT, qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pode aproveitar os 283 cursos gratuitos ofertados no *site*. Esses cursos são divididos por competências e distribuídos em 5 itinerários formativos, sendo eles: Iniciação ao Serviço Público; Técnico-Administrativo em Educação; Docente; Gerencial; e Preparação para Aposentadoria.

A plataforma funciona como um catálogo de cursos apresentados por meio de uma disposição limpa, concentrando as informações necessárias com fácil usabilidade (Figura 1). Em sua tela principal, é apresentada uma mandala para seleção de itinerários. Abaixo, é exibida uma série de grafos, divididos por categoria de competências, com os cursos do itinerário escolhido, sendo possível a utilização de alguns filtros para facilitar a busca.

Figura 1 – Página PlaforEdu de Cursos (2022-2023)



Fonte: <https://plaforedu.mec.gov.br/> (2023).


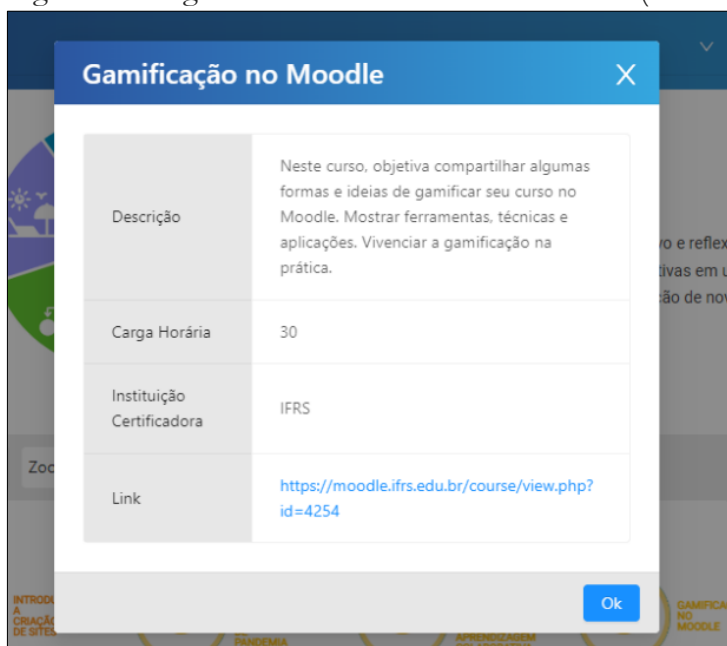
Ao clicar em um dos pontos com o ícone  apresentado na Figura 1, é exibida uma janela sobreposta com os detalhes do curso selecionado, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Página PlaforEdu detalhes de Cursos (2022-2023)



Fonte: <https://plaforedu.mec.gov.br/> (2023).

As ofertas dos cursos apresentadas na PlaforEdu podem ser acessadas pelo *link* que se encontra no detalhamento do curso (Figura 2).

A título de breve contraste do cenário de comunicação do Plafor após o lançamento da PlaforEdu, realizamos uma rápida busca de publicações nas plataformas do Mec, do IFRN

*campus* Zona-Leste e IFSul, que são duas das instituições envolvidas no desenvolvimento da plataforma, com o descritivo PlaforEdu, sem aspas duplas. Pudemos notar que, com a criação do PlaforEdu, no espaço de 11 meses, houve 13 publicações em 4 entidades envolvidas. Além disso, foi verificada a criação da Portaria n.º 633, de 7 de novembro de 2022, que atualiza o Plafor e institui a Plataforma Digital de Formação Continuada (PlaforEdu).

Entre as notícias encontradas, havia uma relacionada à Competição de Programação PlaforEdu, na qual seria priorizada a parte documental dos dados históricos, além de apresentar a política que deu origem ao PlaforEdu e os impactos das ações dessa política, o que auxiliaria a sua comunicação à sociedade e aos próprios servidores da RFEPCT.

Em uma breve análise da cobertura da plataforma PlaforEdu, dos programas declarados na portaria de criação do plano, verificamos a existência de cursos os quais se encaixam nas descrições do Programa de Capacitação Profissional e Programa de Formação Gerencial, não havendo cobertura em relação ao Programa de Qualificação. Contudo, esse programa envolve cursos de maior duração (Técnico de Nível Médio, Graduação e Pós-Graduação *lato e stricto sensu*), de maneira a se diferenciar dos demais na forma de oferta, justificando sua ausência na plataforma.

Inferimos que a plataformização do Plafor é positiva no que tange à comunicação de ações e resultados da política, podendo oferecer a visibilidade necessária pretendida em sua formulação e, assim, contribuir para elevar a qualidade na oferta de formação profissional dos jovens trabalhadores brasileiros.

### **Considerações finais**

Na criação do Plafor, consideramos que seu principal marco legal é a Portaria n.º 15/2016 da Setec/Mec, que traz elementos sobre os quais podemos entender que esse plano foi elaborado observando as demandas do contexto vivenciado pela RFEPCT, ou seja, o da revolução tecnológica experienciada em todo planeta, e que trouxe, em seu bojo, a necessidade de formação científica e tecnológica dos servidores da referida rede para atender, entre outros interesses, aqueles vinculados aos princípios neoliberais para a educação no Brasil.

No entanto, diante do levantamento e da análise realizados neste estudo, depreendemos que o Plafor foi projetado para além da lógica meramente capitalista neoliberal, o que se apresenta como uma contradição quando se faz a interpretação do contexto utilizando-se uma abordagem histórico-dialética.

Dessa percepção, compreendemos que a efetivação de sua implementação sofreu os dissabores da retomada ao poder de governos comprometidos apenas com os princípios

neoliberais. Isso acelerou a implantação de uma execução diferente da formulada pelo governo anterior. Nesse cenário, o Plafor poderia se tornar uma importante ferramenta para combater as investidas neoliberais de transformação da EPT em uma fábrica de apertadores de botões obedientes e alienados das interações sociais que condicionam o trabalho, a vida e a materialidade de sua existência.

Em suma, a criação e expansão da RFEPCT deu início a uma demanda de formação inicial e continuada de seus servidores (antigos e novos) para a capacitação para prestação de serviço no âmbito da EPT dentro dos parâmetros da nova institucionalidade, uma demanda levada até os espaços de articulações dos grupos gerencias da rede, resultando na entrada da política na agenda e em sua formulação por um grupo de interessados que faziam parte da realidade do *locus* de aplicação da política e permitindo uma aproximação maior com as necessidades da rede. Porém, sua implantação foi afetada por mudanças no cenário político, invisibilizando a política por muito tempo. Contudo, no ano de 2022, foi lançada uma plataforma chamada PlaforEdu, que permitiu maior visibilidade e divulgação, de maneira que se espera o maior acesso ao conhecimento de sua existência pelo seu público-alvo.

No tocante à avaliação da visibilidade das ações institucionais do Plafor desenvolvida nesta pesquisa, foi constatado que a maioria das publicações sobre suas ações é do ano de 2014, período de sua formulação. Todavia, após o ano de 2016, ano da instituição da política investigada, suas ações foram praticamente invisibilizadas, demonstrando que o Plafor ainda é uma política incipiente, posto que não foram encontradas informações indicativas de uma continuidade significativa, considerando a grande capacidade de informação e comunicação tecnológica existente na RFEPCT.

Concluimos que a divulgação de informações sobre o Plafor e/ou suas ações foi ineficaz para o conhecimento e envolvimento do público-alvo e, conseqüentemente, afetou o sucesso de sua implementação até o momento da avaliação realizada nesta pesquisa. No entanto, no final da pesquisa, chegou ao nosso conhecimento a existência da PlaforEdu, elaborada para a implementação do Plafor. Analisando a plataforma, propomos que novas pesquisas sejam elaboradas em outras áreas do conhecimento, com vistas à ampliação de suas funcionalidades, para aumentar seu potencial informacional.

Considerando ainda que a RFEPCT pratica a governança em rede, acreditamos que o envolvimento do pessoal responsável pela comunicação e capacitação de servidores das Instituições da RFEPCT é imprescindível, para haver a visibilidade necessária para o sucesso do Plafor, divulgando as ofertas e ações realizadas através da política nas plataformas oficiais desses institutos e movimentando os meios de comunicação institucionais e as redes sociais, de maneira a aumentar a familiaridade com a política.



Por fim, podemos afirmar que o Plafor, apesar de ser uma política basilar para a preparação, formação e capacitação continuada dos servidores da RFEPCT, não teve, entre os anos de 2017 e 2021, ações expressivas sendo executadas, ou a comunicação/divulgação dessas ações foi ineficiente. Espera-se, porém, que com o lançamento da plataforma PlaforEdu, haja mais visibilidade para a questão.

## Referências

BRASIL. *Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111741.htm). Acesso em: 30 jan 2022.

BRASIL. *Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n.º 28, de 26 de agosto de 2015*. Instituir Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=22011-portaria-n28-2015-setec-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22011-portaria-n28-2015-setec-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 30 jan 2022.

BRASIL. *Ministério da Educação. Nota Técnica n.º 67/2016/CGDP/DDR/SETEC/SETEC*. Brasília, DF: 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=40981-nt-67-setec-12maio2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40981-nt-67-setec-12maio2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n.º 15, de 11 de maio de 2016*. Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Plafor, e outras providências. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/40991-portaria-15-2016-setec-12maio-pdf/file>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n.º 633, de 7 de novembro de 2022*. Atualiza o Plano de Formação Continuada dos Profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Plafor, institui a Plataforma Digital de Formação Continuada - PlaforEdu, e dá outras providências. Brasília, DF: 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-633-de-7-de-novembro-de-2022-442490593>. Acesso em: 03 mai 2023.

COMITÊ GESTOR DA *INTERNET* NO BRASIL. *Educação em um cenário de plataforma e de economia dos dados: problemas e conceitos*. São Paulo, SP: Comitê Gestor da *Internet* no Brasil, 2022.

FÓRUM DE DIRIGENTES DE GESTÃO DE PESSOAS DAS INSTITUIÇÕES  
FEDERAIS DE ENSINO TÉCNICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. FORGEP.

*Documentos*, [s.d]. Disponível em: <https://forgep.wixsite.com/forgep/documentos>. Acesso em: 21 ago. 2021.

FÓRUM DE DIRIGENTES DE GESTÃO DE PESSOAS DAS INSTITUIÇÕES  
FEDERAIS DE ENSINO TÉCNICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FORGEP.

*História do FORGEP*, [s.d]. Disponível em:  
<https://forgep.wixsite.com/forgep/documentos>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PERATZ, Tatiane. *A organização do trabalho pedagógico do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas: implicações para o trabalho docente*. 2019. Mestrado em Educação – UNIOESTE. CASCAVEL/PR, 2019. Disponível em:  
<https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2021.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização (Platformisation, 2019 – tradução: Rafael Grohmann). *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 22(1):2-10 janeiro/abril 2020. Unisinos – DOI: 10.4013/fem.2020.221.01. Disponível em:  
<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/download/fem.2020.221.01/60747734/60763700>. Acesso em: 12 maio. 2023.

SANTOS, Tatiana Dantas dos; SILVA, Lenina Lopes Soares; MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. Escolas de Aprendizizes Artífices do Brasil e as pesquisas sobre a Escola de Natal no Rio Grande do Norte. *Ensino em Perspectivas*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–28, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7551>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SANTOS, Tatiana Dantas dos; SILVA Lopes Soares, Lenina. El Plan de Formación Continua de los Servidores de la Red Federal De Educación Profesional, Científica Y Tecnológica en las publicaciones de la SETEC/MEC. *PARADIGMA*, [s. l.], vol. 43, n.º 3, p. 208-226, 2022. Disponível em: <http://revistaparadigma.online/ojs/index.php/paradigma/article/view/1267>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas públicas*; coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 1 v.

VITULLO, Gabriel Eduardo. Ascensão, auge e decadência do neoliberalismo na América Latina. *Cadernos Pet: Artigos Acadêmicos*, v. 5, 2011.

WU, Xun; RAMESH M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. *Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. 2014. Brasília: Enap, 2014.